

REQUERIMENTO N° , DE 2015 – CDR

Requeiro ao Plenário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), nos termos do Regimento Interno do Senado, a realização de Audiência Pública para debater o pagamento de indenizações pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF nas desapropriações ocorridas no ano de 1976 pela construção da Barragem de Sobradinho – Bahia, segundo Processos Administrativos NUP 00063.001093/2013-88 e 00063.002363/2013-78, com os seguintes convidados:

- Advogado-Geral da União (AGU), Dr. Luís Inácio Lucena Adams;
- Presidente da OAB/BA, Dr. Luiz Viana de Queiroz;
- Presidente da FETAG/BA, Sr. Cláudio Sílvio Basto;
- Presidente da CONTAG/DF, Sr. Alberto Ercílio Broch; e,
- Presidente da AMOPOABS, Sr. José Gomes de Souza.

JUSTIFICATIVA

Entre os anos de 1972 e 1979, época de vigência da ditadura militar brasileira, na região norte do estado da Bahia, foi implantada pela CHESF a barragem de Sobradinho, com as finalidades de: (a) acumulação das águas do rio São Francisco para regularizar o fornecimento às usinas do complexo hidrelétrico a jusante, e (b) possibilitar a agricultura irrigada em escala empresarial.

Uma área de 4.214 km² de ocupação agrícola e pecuária foi inundada, formando o que se divulga ser o maior lago artificial do mundo em espelho d'água. O

represamento das águas do rio atingiu sete municípios, sendo os mais afetados os municípios de Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado, que tiveram as suas sedes transferidas; e mais Juazeiro, Xique-Xique e Barra, menos afetados. O relocation populacional se deu através de expulsão violenta, principalmente dos moradores das áreas rurais, na sua maioria camponeses pobres, que viviam nas barrancas do rio cultivando os solos aluviais das ilhas e margens do rio, pescando e criando animais. Foram desalojadas cerca de 12 mil famílias, num total aproximado de 72 mil pessoas. Desse universo, 8.619 famílias habitavam a zona rural.

Devido a fatores como a falta de organização e representação sindical e política, o isolamento social em que viviam, baixo nível educacional e desinformação, e uma situação de pobreza secular, esses trabalhadores rurais foram os que mais sofreram com a migração involuntária. As poucas vozes independentes à época - época de censura e medo - diziam ser aquela a maior migração forçada de população desde a 2ª Grande Guerra. Comparando, sem exagero, a situação dos trabalhadores ribeirinhos às vítimas dos horrores nazista.

A impotência dos trabalhadores rurais frente ao poder descomunal da "*besta-fera*", como denominavam a CHESF, referindo-se ao monstro do Apocalipse, e a total incapacidade da participação dos camponeses expulsos na co-determinação do seu destino, levam a que o movimento organizado atual dos camponeses se ressinta daquele passado ou das memórias que dele se produzem, relegando-o à passividade e à submissão.

O que explica que uma obra considerada de interesse nacional executada por uma empresa pública se faça sob o signo do terror? Para responder, é preciso que se considere a conjuntura político-econômica que se desenvolvia à época, propiciando as idéias, os interesses e as práticas que configuraram a decisão de construir a barragem de Sobradinho, o modo como ela foi imposta e o discurso com que se pretendeu justificá-la.

Vivia-se em plena ditadura militar, período de maior autoritarismo na história brasileira recente, e o Estado, então, desprendido da sociedade como um todo, é capturado por setores que, colocando-o a serviço de seus interesses, tornam-no um Estado contra a sociedade. Estes setores, alçados ao poder do Estado em 1964, constituíam-se de empresários nacionais e estrangeiros afinados com o capitalismo internacional, tecnocratas e militares aliados do poder populista do período anterior, todos aliados em torno de um modelo de desenvolvimento urbano-industrial, dependente-associado, que se estabelecia com base na centralização administrativo-burocrática e na repressão política e social.

Esse era o período do "milagre econômico" brasileiro, quando, decorrente de reformas institucionais implementadas e investimentos e empréstimos estrangeiros, a economia crescia a índices recordes acima de 10 por cento do Produto Interno Bruto ao ano. Em 1969, este crescimento foi anunciado como meta do conjunto de medidas ambiciosas contidas no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), para o período de 1970/73 e no II PND, anunciado em 1974, para o período 1975/79, ignorando a crise

mundial que começara com o choque do petróleo promovido pelos países exportadores - a OPEP - em 1973.

O desenvolvimento é confundido com acumulação capitalista em escala ampliada, que supõe infra-estrutura, inclusive energética, também ampliada. Tais premissas se impõem imperiosamente, pondo a sociedade a serviço da economia. É dentro desse contexto que são iniciadas grandes obras públicas (Transamazônica, Perimetral Norte, Ferrovia do Aço) - consideradas "faraônicas", pelos seus críticos - e a barragem de Sobradinho é anunciada em 1971 e construída até 1978.

Sobradinho reflete a imposição de um modelo de desenvolvimento agro-industrial que interioriza o capital no campo e visa universalizar e homogeneizar todo espaço físico e social em bases num processo determinado a partir de fora, em função de interesses externos e internos associados, sob o patrocínio direto e indireto do poder público. É interessante assinalar que, com a redemocratização do país a partir de 1985, a política energética continuou a mesma, apesar de todas as críticas realizadas àquele modelo.

O desprezo pelos trabalhadores rurais da borda do rio, vistos como ignorantes e incapazes pelos preconceitos urbanos, os torna cidadãos de segunda categoria. São percebidos de uma forma que se assemelha em muito à visão do colonizador "civilizado" diante das sociedades tribais "bárbaras e primitivas". Dessa forma compreende-se as razões da ausência de qualquer plano previamente estabelecido de relocação e reassentamento para esse tipo rural, extremamente pobre e subdesenvolvido. Considerava-se que a grande obra de construção civil, por si só, trouxesse benefícios indiretos para aquela coletividade.

Os camponeses pobres, por essas mesmas razões, eram excluídos dos projetos futuros de reinstalação em terras férteis da borda do lago, tidos como incapazes para a agricultura irrigada, terras destinadas às grandes empresas. Para os habitantes das quatro cidades inundadas, desde o início estava definida a reconstrução dos equipamentos públicos de melhor padrão. Todavia, para os camponeses não se justificavam esses gastos extraordinários.

Violência, baixas indenizações, desorganização da produção e falta de perspectivas para os trabalhadores rurais havia sido o saldo deixado pela CHESF. As seqüelas existem até hoje: uma parte daquela população ainda vaga, miserável, pelos sertões. Os danos ambientais foram consideráveis. A sucessão de barragens ao longo do rio fez com que a flora da área ribeirinha praticamente desaparecesse. As alterações climáticas provocadas pelos lagos e vasto desmatamento processado para a relocação das cidades e das áreas de agricultura e pastoreio ainda estão sendo estudadas. A fauna, apesar de eventuais operações de resgate, morreu afogada ou viu seu habitat se reduzir drasticamente. O surubim, peixe de piracema típico da região, está impedido de subir o rio para se reproduzir, já que não há "escadarias" nas barragens.

A conjuntura política de redemocratização nacional e as grandes mobilizações de massa orquestradas com ousadas ações demonstraram a força do movimento e foram eficazes para a obtenção do *Acordo de 1986*. Com o Estado imerso em crise fiscal e graças à mobilização constante e articulação política a nível nacional os trabalhadores rurais obtiveram respostas às suas reivindicações.

Mais recentemente a luta principal torna-se a conclusão dos projetos de irrigação e a oferta de estrutura para o seu funcionamento. Um novo fator instaura-se no cenário: a premente privatização da Companhia Hidrelétrica. A desconfiança do não cumprimento do Acordo aumenta e o movimento toma novo fôlego. Quem são os manifestantes de 1998 e 99? Os mesmos de 1979 ou duas a três gerações de camponeses pressionando o Estado? A segunda resposta é a mais factível.

Com a oferta da Solução Financeiro por parte do Estado acontece o que já se desconfiava: agiliza-se o processo de resolução do problema e abre-se caminho para a privatização e as valorizadas terras caem nas mãos de grandes empresas, concentrando a propriedade da terra, utilizando-se capital intensivo e parcos empregos sendo gerados. As favelas das grandes e médias cidades brasileiras abrigarão os camponeses expulsos da terra pela qual tanto lutaram... Mas, a dinâmica desse movimento social sempre guardou surpresas, e apesar da situação adversa, construiu-se uma história de conquistas. Daqui em diante será diferente?

Por tais razões, após 40 anos de luta, mesmo com quase 60% dos autores já falecidos e para obter uma solução definitiva, dado que a desapropriação é resultado de ato formal e fático, e o não pagamento do “justo preço”, eis que nada consta em qualquer contabilidade ou em qualquer Cartório de Registro de Imóveis, contamos com o apoio dos nossos pares.

Sala da Comissão, de de 2015.

Senador Walter Pinheiro

Senadora Lídice da Mata